



PODER JUDICIÁRIO  
**SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR**  
DIRETORIA DE DOCUMENTAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO  
COORDENADORIA DE GESTÃO DO CONHECIMENTO  
SEÇÃO DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

**LEI Nº 13.491, DE 13 DE OUTUBRO DE 2017**

*Altera o Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 - Código Penal Militar.*

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 9º do Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 - Código Penal Militar, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 9º .....

.....  
*II – os crimes previstos neste Código e os previstos na legislação penal, quando praticados:*

.....  
*§ 1º Os crimes de que trata este artigo, quando dolosos contra a vida e cometidos por militares contra civil, serão da competência do Tribunal do Júri.*

*§ 2º Os crimes de que trata este artigo, quando dolosos contra a vida e cometidos por militares das Forças Armadas contra civil, serão da competência da Justiça Militar da União, se praticados no contexto:*

*I – do cumprimento de atribuições que lhes forem estabelecidas pelo Presidente da República ou pelo Ministro de Estado da Defesa;*

*II – de ação que envolva a segurança de instituição militar ou de missão militar, mesmo que não beligerante; ou*

*III – de atividade de natureza militar, de operação de paz, de garantia da lei e da ordem ou de atribuição subsidiária, realizadas em conformidade com o disposto no art. 142 da Constituição Federal e na forma dos seguintes diplomas legais:*

*a) Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 - Código Brasileiro de Aeronáutica;*

*b) Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 ;*

*c) Decreto-Lei nº 1.002, de 21 de outubro de 1969 - Código de Processo Penal Militar;  
e*

*d) Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral. ” (NR)*

Art. 2º (VETADO).

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 13 de outubro de 2017; 196º da Independência e 129º da República.

MICHEL TEMER

Raul Jungmann